

Brasília, 06 de julho de 2026

Seleção

Sumário

Folha.com

Sábado, 04 de julho de 2026 | Pirataria

Associações vão aos EUA defender que tarifas de Trump prejudicam americanos 3

G1 - Globo

Domingo, 05 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

Prazo para entrada em vigor de novas tarifas dos EUA termina em dez dias; governo... 5

Associações vão aos EUA defender que tarifas de Trump prejudicam americanos



Entidades e empresas estarão em audiências públicas em Washington a partir desta segunda (6)

USTR defendeu sobretaxas de 25% sobre produtos brasileiros na investigação da Seção 301

Representantes de associações de indústrias e bens brasileiros vão argumentar, em audiências públicas na próxima semana, que as novas tarifas propostas pelo governo Donald Trump poderão causar danos à cadeia produtiva dos Estados Unidos .

O argumento principal é que as sobretaxas de 25% propostas pelo USTR (Escritório do Representante Comercial dos EUA, na sigla em inglês) irão elevar os custos para os produtores que dependem de insumos fornecidos pelo Brasil, encarecendo as operações de empresas e, na ponta final, os produtos para os consumidores norte-americanos.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria), a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária) estão entre as entidades que irão às audiências em Washington a partir da próxima segunda-feira (6).

As associações que representam a indústria de máquinas (Abimaq), calçados (Abicalçados), madeira processada (Abimci), café (Cecafé), ferro-gusa (Sindifer), entre outras, também irão participar dos encontros na Comissão de Comércio Internacional dos EUA.

A audiência pública foi convocada pelo USTR para discutir as práticas comerciais do Brasil, no âmbito

da investigação aberta com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA . A apuração foi iniciada há um ano e concluiu que o Brasil adota práticas discriminatórias e desarrazoadas no comércio com os EUA. Como punição, o USTR defendeu tarifa de 25% sobre produtos brasileiros - há uma extensa lista de exceções.

No cronograma dos painéis da audiência, também consta como participante o senador Flávio Bolsonaro (PL -RJ). O pré-candidato à Presidência disse na sexta-feira (3) que irá aos EUA para "defender o Pix", sem esclarecer como seria a defesa.

As manifestações já foram encaminhadas ao gabinete do USTR, e a soma chega a 365 pleitos, entre documentos enviados por entidades, associações, empresas brasileiras, multinacionais e pessoas físicas.

A CNI e a Fiesp serão representadas pelo embaixador Roberto Azevêdo, em uma estratégia de defesa coordenada para contestar a investigação. Entre os pontos centrais, está o chamado "efeito bumerangue" das tarifas, isto é, a tese de que as sobretaxas prejudicariam os próprios americanos que dependem da indústria brasileira.

Na manifestação da Fiesp, a entidade argumenta que as medidas "aumentariam os custos para empresas que operam no Brasil, incluindo aquelas de propriedade norte-americana, bem como para as empresas sediadas nos Estados Unidos que dependem de insumos americanos".

"Em última análise, essas medidas correm o risco de enfraquecer laços comerciais de longa data e impor custos adicionais a consumidores e produtores em ambos os países."

Já a CNI, que argumenta que as tarifas não se justificam "sob aspectos jurídico, econômico e estratégicos", afirma que fabricantes, agricultores e consumidores dos EUA dependem de insumos brasileiros que não possuem alternativas fáceis de preço ou volume.

"Ainda que as tarifas fossem juridicamente justificáveis, elas seriam contrárias aos interesses econômicos dos Estados Unidos. A medida proposta enfraqueceria a cooperação industrial entre Brasil e Estados Unidos justamente nas áreas em que ela é mais estratégica: geração de empregos, investimentos de capital e resiliência das cadeias de suprimentos em setores críticos", afirma o texto.

"Seria contraproducente impor tarifas punitivas a um parceiro cujos recursos minerais são essenciais para a estratégia americana."

As entidades argumentam que a relação comercial é superavitária para os Estados Unidos, o que derrubaria a tese de que o comércio americano é prejudicado pelo Brasil. Elas destacam avanços no combate à **pirataria** e ao desmatamento ilegal, além de rebater acusações sobre falhas na proteção à **propriedade intelectual**.

O argumento de que não há evidências econômicas que sustentem o tarifaço também é defendido pela CNA, que diz que as críticas às tarifas preferenciais, ao acesso ao mercado de etanol e ao combate ao desmatamento são injustificáveis - inclusive pelas regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), que defendem que eventuais divergências sejam resolvidas por meio da cooperação bilateral.

As associações setoriais -como de maquinários, vestuário, calçados e aço- também defendem a cooperação entre os países e mencionam efeitos preju-

diciais à economia americana. A Cecafé chegou a construir uma estratégia de defesa em conjunto com a NCA (National Coffee Association), entidade que representa a indústria de café nos Estados Unidos.

As entidades cafeeiras defendem a manutenção da isenção tarifária para o setor e solicitam a inclusão do café solúvel na lista de produtos isentos. A produção em solo americano, diz a NCA, é "virtualmente inexistente e logisticamente inviável", e o insumo é considerado vital para a "inovação de produtos em rápida expansão, como o café pronto para beber e o cold brew", consumidos por mais de 53 milhões de adultos nos EUA.

Representantes de empresas como WEG, Bauducco, Nestlé, Taurus, Coca-Cola e Suzano também enviaram manifestações para o USTR.

A audiência de segunda-feira será sobre práticas comerciais que supostamente prejudicam empresas americanas. No dia seguinte, terça-feira (7), está prevista outra audiência - desta vez, sobre o processo que incluiu o Brasil na lista de países acusados de importar mercadorias produzidas por trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Prazo para entrada em vigor de novas tarifas dos EUA termina em dez dias; governo espera por mais uma reunião de negociação



Escritório do governo Trump quer impor tarifa de 25% por práticas 'desleais'. Auxiliares do presidente Lula dizem que não acreditam mais em uma reversão completa do tarifaço.

Equipes técnicas dos governos do Brasil e dos Estados Unidos devem se reunir nesta semana em preparação para um último encontro de alto nível entre os dois países antes de 15 de julho.

Esse é o prazo final para os Estados Unidos decidirem se vão colocar em prática tarifas adicionais sobre produtos brasileiros (entenda mais abaixo).

O Brasil tenta reverter ao menos parte da nova ofensiva proposta pelo governo de Donald Trump em junho deste ano que pode elevar a carga total a 37,5% no país, caso as medidas sejam implementadas:

proposta de tarifa adicional de 25%, justificada por Washington com base em supostas práticas comerciais desleais; esobretaxa de 12,5%, vinculada à alegação de falta de ações suficientes contra o trabalho forçado.

Na última quinta-feira (2), o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Márcio Elias, teve uma reunião virtual com o representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, para seguir nas negociações.

No encontro, a equipe brasileira propôs um "mapa do caminho", com estratégias e ações, como última cartada.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentou medidas para ampliar as garantias de que as

práticas adotadas pelo Brasil não oneram e nem restringem o comércio com os norte-americanos.

O governo segue irredutível em relação ao PIX, mas se abriu às negociações para ampliar medidas nas demais áreas que preocupam a gestão de Donald Trump.

São elas:

tarifas preferenciais desleais; acesso ao mercado de etanol; proteção da **propriedade intelectual**; combate à corrupção; edesmatamento ilegal.

Segundo integrantes do governo Lula, a proposta do "mapa do caminho" foi finalizada em conversa com o petista no último dia 24, antes e durante o jogo da Seleção Brasileira contra a Escócia na Copa do Mundo.

Lula se reuniu no Palácio da Alvorada com aliados e auxiliares para assistir à partida, que terminou com a vitória do time brasileiro.

Na ocasião, Lula deu o aval para a proposta e sinalizou para sua equipe que as medidas poderiam ser apresentadas para o Representante de Comércio dos Estados Unidos.

De acordo com interlocutores do presidente, o "mapa do caminho" foi um pedido do governo americano para que o Brasil apresentasse algo na reunião da última quinta.

Planalto não espera reversão completa

Sob reserva, auxiliares do presidente Lula dizem que não acreditam mais em uma reversão completa do tarifaço.

Afirmam que o governo vai tentar esgotar as negociações, como tem orientado o presidente Lula, mostrando os números do comércio entre os dois países e apresentando argumentos técnicos.

Mas a avaliação é que a decisão do USTR tem motivações políticas e não técnicas, assim, dizem avaliar que, no máximo, pode haver alguma exceção ou eventual redução de taxa, mas não a reversão completa da medida.

Continuação: Prazo para entrada em vigor de novas tarifas dos EUA termina em dez dias; governo espera por mais uma reunião de negociação

O USTR é o órgão responsável por formular e negociar a política comercial dos EUA. Ele conduz investigações sobre práticas consideradas prejudiciais ao comércio americano e pode recomendar medidas como a imposição de tarifas.

Segundo esses integrantes do Palácio do Planalto, há uma "linha de diálogo" entre os dois governos, que deve ser mantida, com reuniões entre representantes dos presidentes Lula e Donald Trump.

Na última quarta-feira (1º), o Ministério das Relações Exteriores enviou o documento em que formaliza a resposta oficial do governo brasileiro à investigação pelos EUA das práticas comerciais brasileiras. Assinada pelo chanceler Mauro Vieira, a manifestação foi entregue no último dia do prazo previsto.

No texto, o ministro afirma que as críticas do governo americano ao PIX e a decisões da Justiça brasileira não têm relação com comércio, mas com divergências sobre políticas internas.

Entenda o caso

No início de junho, o USTR concluiu uma investigação aberta com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 e concluiu que determinadas políticas brasileiras seriam "irracionais" ou "restritivas" ao comércio americano.

Como consequência, propôs a aplicação de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros.

O relatório cita temas como o funcionamento do PIX, a regulação de plataformas digitais, acordos comerciais firmados pelo Brasil, combate ao desmatamento ilegal, acesso ao mercado de etanol, proteção à **propriedade intelectual** e políticas anti-corrupção.

Paralelamente, outra investigação conduzida pelos EUA concluiu que dezenas de países, incluindo o Brasil, não estariam fiscalizando adequadamente a entrada de mercadorias produzidas com trabalho forçado. Nesse caso, o governo americano propôs uma sobretaxa adicional de 12,5%.

A proposta tem como base a Seção 301, o mesmo instrumento legal utilizado para embasar a sugestão de impor tarifas de 25% sobre produtos brasileiros.

Antes de entrar em vigor, porém, a medida também passará por consulta pública. O governo americano realizará uma audiência pública nos dias 6 e 7 de julho para discutir a proposta.

Na avaliação de órgãos do governo brasileiro, as duas medidas podem ser cumulativas, elevando a taxa total para até 37,5% sobre parte dos produtos exportados aos EUA.

A proposta ainda não entrou em vigor. Antes de qualquer medida ser implementada, o governo americano precisa concluir o processo de consultas públicas.

Caso sejam confirmadas, as tarifas poderão atingir parte das exportações brasileiras aos EUA, embora o governo americano já tenha sinalizado uma lista de exceções para produtos considerados estratégicos, incluindo café, carne, frutas, aeronaves, fertilizantes e minerais críticos.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria	1,2
Propriedade Intelectual	1,2,3,4